

O LEGADO DE MARTIN NOTH

A “História Deuteronomista” oitenta anos depois

Francisco Martins

Pontificia Università Gregoriana (Roma)

f.martins@unigre.it

 <https://orcid.org/0000-0001-8082-0321>

Resumo: Volvidos oitenta anos da publicação da obra *Überlieferungsgeschichtliche Studien* do exegeta alemão Martin Noth, a hipótese da “História Deuteronomista” continua a alimentar a discussão acerca da redação dos livros históricos (Josué–2º Reis). Nesta contribuição, propõe-se um itinerário através da história da receção da tese nothiana, em particular nos últimos trinta anos. Tomando-se como ponto de partida e foco as três intuições fundamentais de Noth a respeito da unidade, extensão e propósito da obra historiográfica “Deuteronomista”, mostra-se que a hipótese formulada nos anos quarenta do século passado ainda empresta o nome, mas já não constitui nem o ponto de partida nem o horizonte teórico da investigação hodierna.

Palavras-chave: Martin Noth. História Deuteronomista. Livros Históricos. História da Investigação.

Martin Noth’s Legacy

The “Deuteronomistic History” Eighty Years Later

Abstract: Eighty years after the publication of Martin Noth’s *Überlieferungsgeschichtliche Studien*, the “Deuteronomistic History” hypothesis still holds sway in the discussion about the composition of the historical books of the Hebrew Bible (Joshua to Second Kings). In this article, I explore the history of the reception of Noth’s hypothesis, focusing on the last three decades. Analyzing Martin Noth’s key intuitions about the unity, extent, and purpose of the “Deuteronomistic History”, the paper demonstrates that the original hypothesis, although still frequent-

ly evoked, no longer provides the theoretical framework for or drives research in the field.

Keywords: Martin Noth. Deuteronomistic History. Historical Books. History of Research.

1. Introdução: Em busca da metáfora apropriada

Em 1993, por ocasião dos cinquenta anos da publicação de *Überlieferungsgeschichtliche Studien*, quando se pediu a Anthony F. Campbell SJ que apresentasse o *status quaestionis*, foi com recurso a uma metáfora arquitetural que este estudioso traçou o panorama do desenvolvimento da hipótese nothiana da chamada “História Deuteronomista”¹. Martin Noth –sugere Campbell– “construiu uma casa”, isto é, formulou a hipótese, estabelecendo o “edifício” teórico sobre o qual os seus contemporâneos e a geração seguinte se debruçaram. Nos anos e décadas seguintes, alguns estudiosos aplicaram-se a “reforçar as fundações”, ao passo que outros se dedicaram a “rearranjar as paredes da casa” ou “redecorar o interior”. Entre os primeiros, Campbell inclui os investigadores que propuseram a identificação de mais e outras fontes “pré-Deuteronomistas”, como Wolfgang Richter (que identificou um “livro dos salvadores ou dos heróis” em Jz 3–9)², P. Kyle McCarter (que discerniu uma “fonte profética [pré-Deuteronomista]” nos livros de Samuel, em especial em 1 Sm 1–16)³ ou o próprio Campbell (que propôs que o “documento profético [pré-Deuteronomista]” se prolonga até 1 Rs 10)⁴. Os trabalhos de Frank M. Cross e dos seus discípulos constituíram, pelo contrário, uma tentativa de “redispor o interior do edifício” nothiano. Ao colocar o reinado de Josias como o contexto da (primeira) edição da “História Deuteronomista”, Cross sugeria uma “profunda remodelação” da hipótese⁵. À terceira e última categoria –os “redecoradores”– pertencem, de acordo com a metáfora proposta, Rudolf Smend e os membros da chamada “escola de Göttingen” (Walter Dietrich, Timo Veijola, entre outros). Ao propor que a edição exílica da “História Deuteronomista” conheceu um longo processo de suplementação redaccional, estes autores “deram novo colorido

¹ CAMPBELL, “Martin Noth”, 31-62.

² RICHTER, *Retterbuches*.

³ McCARTER, *I Samuel*, 18-23; McCARTER, *II Samuel*, 7-8.

⁴ CAMPBELL, *Prophets*.

⁵ CROSS, “Themes”, 274-289.

ao interior da casa” erigida por Noth, mostrando que nem todos os “objetos” remontavam ao primeiro “proprietário”⁶.

Volidos trinta anos, é justo perguntarmo-nos se a metáfora arquitetural ainda capta, com suficiente acuidade, os mais recentes desenvolvimentos. Campbell deixava no ar, na conclusão do artigo, a pergunta pelo futuro da “História Deuteronomista”: a “casa” estava condenada “à ruína” ou estaríamos a assistir –nos inícios dos anos 90 do século passado– a uma “renovação” capaz de respeitar a intuição original de Martin Noth e satisfazer os críticos⁷? Como se mostrará nesta contribuição, mais do que “ruir” ou “renovar-se”, o “edifício” de Noth sofreu uma espécie de “volatilização”: a expressão “História Deuteronomista” continua a ser usada e Noth continua a ser evocado como ponto de referência, mas as ideias e hipóteses académicas que reclamam este legado já pouco ou nada têm que ver com as intuições originais do exegeta alemão. Nesse sentido, talvez a metáfora que melhor faça justiça ao estado atual da hipótese e nomenclatura nothianas seja a de *brand*. Na definição de Philip Kotler e Gary Armstrong, o *brand* é, antes de mais, aquilo que um produto ou um serviço representa para os consumidores⁸. Qual *brand* ou marca, a “História Deuteronomista” continua a emprestar valor imaterial aos estudos que têm por objeto a história da redação dos livros históricos, mas as traves-mestras da hipótese de Noth já há muito deixaram de constituir o ponto de partida ou o horizonte teórico da investigação.

2. A formulação da hipótese: as circunstâncias intelectuais e as intuições de Martin Noth

A fim de ilustrar o enorme “desfasamento” que caracteriza a atual receção da hipótese nothiana, importa começar por expor, de forma breve, os inícios. Mais precisamente, as circunstâncias, sobretudo intelectuais, nas quais Martin Noth e a maioria dos investigadores então se moviam, e as intuições que deram origem e valor à singular contribuição daquele estudioso alemão⁹.

⁶ SMEND, “Gesetz”, 494-509; DIETRICH, *Prophetie*; VEIJOLA, *Dynastie*; VEIJOLA, *Königtum*.

⁷ CAMPBELL, “Martin Noth”, 53-54.

⁸ KOTLER – ARMSTRONG, *Marketing*, 268.

⁹ Para uma introdução panorâmica e temática ao *corpus* literário Dt 1-2 Rs 25, tomando como ponto de referência a hipótese nothiana, veja-se HOJMAN, “*Recuerda y vivirás*”.

Começando pelas circunstâncias¹⁰, é importante dizer-se que a formulação e, num certo sentido, a receção favorável da hipótese nothiana deve bastante ao consenso que emergira, na primeira metade do século XX, a respeito da natureza da relação entre o livro do Deuteronomio e Josué, Juízes, Samuel e Reis. Este consenso tinha três aspetos fundamentais. O primeiro dizia respeito à existência mesma de uma relação. Baruch Espinoza (1632-1677) foi um dos primeiros autores a notar que a forma de relatar os eventos e a teologia implícita em Josué-Reis refletia a perspectiva veiculada pelas leis contidas no Deuteronomio. O filósofo afirma o seguinte no *Tratado Teológico-Político*: “Todos estes livros [Josué-Reis] visam, portanto, um único objetivo, que é ensinar os ditos e os éditos de Moisés e demonstrá-los através de factos”¹¹.

Esta constatação abriu caminho, já no século XIX, à explicitação do “Deuteronomismo” dos supraditos livros históricos. Este segundo aspeto do consenso que acabará por marcar as circunstâncias intelectuais nas quais Martin Noth se movia nasceu dos trabalhos de Wilhelm M. de Wette. Numa famosa nota de rodapé, De Wette associa o Deuteronomio ao livro encontrado no templo durante a reforma de Josias, no século VII a.C. (2 Rs 22–23)¹², e propõe, de seguida, que se distinga de forma mais clara entre a teologia subjacente aos primeiros quatro livros da Bíblia (Génese–Números) e a posição ideológica adotada no Deuteronomio. É esta última opinião que lhe permite começar a referir-se a uma redação “Deuteronomista” dos livros históricos.

O passo seguinte e último na origem do consenso em estudo foi a tentativa de identificar o redator ou redatores “Deuteronomistas” dos livros históricos. Paradigmática é a proposta do exegeta alemão Heinrich Ewald, formulada logo na primeira metade do século XIX. No primeiro tomo da sua *Geschichte des Volkes Israel bis Christus*, Ewald apresenta em detalhe a sua conceção do processo de composição dos primeiros onze livros da Bíblia. Distinguindo entre um “grande livro das origens” (Génese–Josué) e um “grande livro dos Reis” (Juízes–Reis), propõe que se reconheça que a segunda destas coleções experimentou uma dupla redação “Deuteronomista”: primeiro, no tempo do rei Josias e, em seguida, durante o exílio, por

¹⁰ A apresentação das circunstâncias intelectuais é baseada em RÖMER – DE PURY, “Deuteronomistic Historiography”, 29-43.

¹¹ ESPINOZA, *Tratado*, 252.

¹² De Wette declara, contudo, que se trata tão só de uma não-improvável dedução: “*ilium enim codicem legum ab Hilkia sacerdote inventum [2 Reg. XXII] Deuteronomium nostrum fuisse haud improbabile coniectura assequi licet*” [texto citado em ROGERSON, W. M. L. de Wette, 41].

volta de 560 a.C.¹³. Com esta e outras contribuições chega-se à primeira metade do século xx com a convicção de que os livros históricos (nomeadamente Juízes–Reis) foram editados por um número maior ou menor de redatores, todos eles de sensibilidade “Deuteronomista”¹⁴.

Se tudo isto concorria (e concorreu) para a emergência da hipótese nothiana, havia, porém, um obstáculo que se poderia ter revelado intransponível: uma fascinação (quase mágica) pela chamada “Hipótese Documentária”, que havia recebido forma “canónica” pela mão de Wellhausen no último quartel do século xix¹⁵. A individuação das “fontes” ou “documentos” procedia com naturalidade da formulação das promessas divinas em Génesis até à descrição da conquista da terra prometida em Josué, onde se cumpriam todas as expectativas. Assumia-se, por isso, que o Pentateuco, enquanto coleção de livros, era segundo respeito a um Hexateuco (Génesis–Josué) original. Tal situação impedia os estudiosos de se abrir à possibilidade de uma composição una, “Deuteronomista”, que incluísse o conjunto dos livros históricos¹⁶.

Nesta frente, Martin Noth pôde contar com a preciosa ajuda do seu *Doktorvater*, Albrecht Alt. Numa contribuição publicada em 1936, Alt colocou em questão a existência de textos atribuíveis aos documentos J (“Jahvista”) e E (“Eloísta”) em Josué 1–11¹⁷. Inspirado por este e outros estudos, Noth renuncia à posição que até então havia adotado e, no seu comentário ao livro de Josué, publicado em 1938, em lugar de se referir aos “documentos pentateucai”, reconhece que Josué 1–12 recolhe um conjunto díspar de tradições relativas à conquista da terra, às quais um compilador teria apostado –num primeiro momento (no século x a.C.)– o texto que se encontra em Josué 23 (o primeiro discurso de despedida de Josué). Já os capítulos 13–22 e 24 teriam sido acrescentados muito depois, num processo que teria incluí-

¹³ EWALD, *Geschichte*, 203–224.

¹⁴ Veja-se, por exemplo, a síntese proposta em WELLHAUSEN, *Komposition*, 300–301. Reconhecendo o “Deuteronomismo” dos livros históricos, Wellhausen afirma que é impossível determinar quantos redatores intervieram e se estas várias redações procederam livro a livro ou atuaram sobre o conjunto dos livros. Para Wellhausen, porém, a questão é insubstancial.

¹⁵ WELLHAUSEN, *Komposition*, 1–208.

¹⁶ Segundo Römer, esta é a razão pela qual já Heinrich Ewald, que havia identificado uma camada redaccional “Deuteronomista” em Deuteronomio–Josué, se recusava a associar este “Deuteronomista” aos “Deuteronomistas” responsáveis pela redação final do “grande livro dos Reis” (Juízes–Reis) (veja-se RÖMER, *Deuteronomistic History*, 18–19).

¹⁷ ALT, “Josua”, 13–29.

do o uso de outras fontes e tradições disponíveis. Decisivo, contudo, era o abandono definitivo da tese das “fontes hexateucais”¹⁸.

Superado o “obstáculo” Hexateuco¹⁹, Martin Noth pôde voltar-se para o Deuteronomio e para os livros históricos com novo olhar. A tese da primeira parte de *Überlieferungsgeschichtliche Studien* é, por isso, fruto do amadurecimento da compreensão nothiana naqueles fatídicos anos de Guerra Mundial. Na sua configuração essencial, a hipótese “História Deuteronomista” obedece a três intuições fundamentais, que importa aqui ilustrar a fim de que se perceba até que ponto a história da recepção do legado nothiano reflete, sobretudo nos últimos trinta anos, uma progressiva reviravolta intelectual.

A primeira trave-mestra da tese nothiana é o caráter unitário da obra historiográfica do “Deuteronomista”. Num texto onde não abundam referências ao trabalho de outros estudiosos, Martin Noth reserva bastante espaço à crítica das teses de Wilhelm Rudolph e Otto Eissfeldt. Interessava-lhe denunciar o que, no seu juízo, constituía o erro principal da investigação levada a cabo até ali: a enraizada tendência para distinguir mais que uma redação “Deuteronomista” em Josué, Juízes, Samuel e Reis²⁰. Para Noth, o “Deuteronomismo” dos livros históricos é, no essencial, obra de um só autor, um verdadeiro “historiador”, que teria utilizado um número considerável de fontes para construir uma narrativa unificada da história do povo de Israel, a partir do horizonte e experiência do exílio. Como este é simultaneamente o busílis da questão e a “pedra-de-toque” da hipótese, Noth detém-se a argumentar a unidade da “História Deuteronomista”. Afirma, em primeiro lugar, que é possível constatar que a obra é pontuada por um conjunto de discursos ou sumários (Js 1; 12; 23; Jz 2,11ss; 1 Sm 12; 1 Rs 8; 2 Rs 17), que parecem ter a função de estruturar a narrativa e veicular uma determinada percepção do todo. Para Noth, todos eles têm a marca do “Deuteronomista”. Igualmente significativo, na sua opinião, é o facto de as tran-

¹⁸ NOTH, *Josua*, 11-16.

¹⁹ Na prática, contudo, Martin Noth continuou a mostrar certa deferência pela “hipótese hexateucal”, que acabara de receber, naquele mesmo ano de 1938, o aval de Gerhard von Rad (*Hexateuchs*). Gerou-se, nos anos seguintes, uma espécie de compromisso tácito entre os dois estudiosos. Von Rad passou a aceitar que as “fontes hexateucais” haviam sido descartadas em Josué, aquando da composição da “História Deuteronomista”, ao passo que Noth deu crédito à tese de Von Rad segundo a qual os chamados “credos históricos” eram indício da configuração “hexateucal” das tradições relativas às origens de Israel. Sobre este autêntico “acordo de cavalheiros” e as suas consequências, veja-se SCHMID, “Separation”, 15-18.

²⁰ NOTH, *Studien*, 6-10. Sobre os interlocutores de Noth, veja-se BEGG, “Martin Noth”, 24-30.

sições entre períodos não coincidirem com a divisão entre os livros (por exemplo, o período dos “juízes” termina em 1 Sm 12), obedecendo, pelo contrário, a um plano unificado. O terceiro argumento em favor da unidade é a notável homogeneidade estilística e teológica da obra, sobretudo quando se tem em consideração a diversidade das fontes às quais o “historiador Deuteronomista” recorreu. Finalmente, a própria cronologia interna da “História Deuteronomista”, segundo a qual a construção do templo salomônico ocorreu 480 anos depois do êxodo do Egito (1 Rs 6,1), dá testemunho e reforça a unidade e coerência do todo²¹.

A segunda intuição fundamental da hipótese nothiana diz respeito à extensão da obra historiográfica “Deuteronomista”. Para Martin Noth, como para a maioria dos seus contemporâneos, não havia grandes sinais de uma redação ou uma edição “Deuteronomista” de Génesis, Êxodo, Levítico e Números²². Ou seja, este “Tetrateuco” não teria sido incluído na obra. Pelo contrário, o “Deuteronomismo” de Josué–Reis parecia inegável. A pergunta que se impunha era, por isso, em que ponto é que começava a “História Deuteronomista”. Noth respondeu à questão identificando Deuteronomio 1–3 como a introdução não tanto do “código Deuteronomico” (de forma mais concreta, do seu núcleo mais antigo: Dt 5–30), mas sobretudo da obra historiográfica que se prolongava até 2 Rs 25,27–30. Na opinião de Noth, os capítulos 1–3 e 31; 34 de Deuteronomio enquadravam narrativamente os textos legais “Deuteronomicos” que funcionavam como o preâmbulo da obra historiográfica do “Deuteronomista”. Estes textos –como já havia intuído Espinoza– oferecem os princípios cútico-legais que determinam o juízo que o “historiador” oferece da história do povo e, sobretudo, do comportamento dos seus líderes políticos e religiosos. De entre as leis “Deuteronomicas”, são, sobretudo, a proibição da idolatria e o princípio da centralização cultual que mais lhe interessam e lhe proporcionam a medida do juízo²³.

Finalmente, Noth arrisca ainda propor uma resposta à pergunta pelo contexto e propósito desta obra historiográfica. Para o estudioso alemão, teria sido a destruição de Jerusalém e a catástrofe do exílio, nos inícios do século VI a.C., o que teria impulsionado o “Deuteronomista” a assumir o papel de “historiador”. Presente na Palestina nas décadas seguintes ao “ca-

²¹ Noth, *Studien*, 10–12.25–27.

²² *Ib.*, 13 n. 1: “Daß es einzelne Stellen gibt, an denen der alte Text im deuteronomistischen Stile erweitert worden ist, wie etwa Ex. 23. 20ff. und Ex. 34. 10ff., hat mit Recht meines Wissens noch niemand für ein Merkmal einer durchgehenden ‘Redaktion’ gehalten.”

²³ *Ib.*, 12–18.100–107.

taclismo nacional” (segundo Noth, em Mispá), o autor da “História Deuteronomista” teria querido apresentar uma visão da história do seu povo –da entrada na terra à “saída” para o exílio²⁴– que confirmasse que tudo, também o desastre final, fora divinamente ordenado. O que sucedeu a Judá e Jerusalém em 597-586 a.C. (e a Israel e Samaria um século e meio antes) era a merecida consequência do pecado do povo e dos seus líderes e a “conclusão natural” de uma história de declínio que tivera poucos “pontos de luz” (David, Salomão, Josias)²⁵. Nesse sentido, esta verdadeira “etiologia do ponto zero” –como lhe chamou Dietrich, referindo-se à posição de Noth²⁶– seria mais teodiceia que parénese (exortação à conversão)²⁷.

Apresentadas as três intuições na base da hipótese nothiana, podemos agora concentrar-nos, no que resta do artigo, na história da receção, isto é, na forma como, ao longo dos últimos oitenta anos, os diversos estudiosos perceberam e aceitaram, ou modificaram, corrigiriam e, inclusive, rejeitaram aqueles que são os traços distintivos da tese original. Focar-nos-emos, de modo particular, nas últimas três décadas.

²⁴ Veja-se as referências à planície de Jericó nos primeiros capítulos do livro de Josué (entrada no país) e, no final da “História Deuteronomista”, em 2 Rs 25,5, local onde o último rei de Judá, Sedecias, foi capturado, antes de ser conduzido a Babilônia e dali ao exílio em Babilônia (“saída” do país). Sobre este fenómeno, veja-se SWEE-NEY, “Jericho”, 104-115.

²⁵ NOTH, *Studien*, 91-95.

²⁶ DIETRICH, *Prophetie*, 141 (“Ätiologie des Nullpunkts”).

²⁷ É comum estabelecer-se ou, pelo menos, sugerir-se um paralelo entre a pretenso situação do “historiador Deuteronomista” e aquela, biográfica, de Martin Noth, que, em 1942-1943, se encontra em Königsberg, na parte mais oriental da Alemanha do pré-guerra, e que dali contempla o destino do povo alemão, convencido da catástrofe que se aproxima (veja-se, p.e., RÖMER, *Deuteronomistic History*, 25; sobre a vida de Martin Noth, consulte-se SMEND, “Martin Noth”, 198-211). Uma tal analogia não é inteiramente despicienda, até porque parte da opinião pública alemã tinha visto a derrota de Estalinegrado, nos inícios de 1943, como o “princípio do fim” do regime nazi. Deve-se dizer, contudo, que a formulação da hipótese da “História Deuteronomista” parece remontar a 1941: Noth refere-se já, em dois artigos publicados nesse ano, a uma “obra historiográfica Deuteronomista” escrita no séc. VI a.C., sem dar mais detalhes (veja-se as referências e a discussão em BEGG, “Martin Noth”, 23-24). É possível, no entanto, que a intuição a respeito da unidade e da extensão da “História Deuteronomista” tenha precedido a clarificação –para Martin Noth– da influência que o contexto possa ter tido sobre o tom (“pessimista”) adotado na obra. Ora, é este último aspeto o que mais frequentemente se oferece a comparações entre o estudioso alemão e o hipotético “historiador Deuteronomista”.

3. Regresso ao passado? A “unidade perdida”

Como se disse, para Martin Noth, a percepção de que a obra “Deuteronomista” formava um todo unificado ocupava um lugar de destaque na conceção da hipótese. O estudioso alemão dedicou as primeiras páginas de *Überlieferungsgeschichtliche Studien* ao assunto (“Merkmale der planvollen Geschlossenheit”) e volta frequentemente, ao longo do escrito, à questão da unidade e coerência da obra²⁸. Noth admite que a obra historiográfica do “Deuteronomista” recebeu, pontualmente, pequenas adições (p.e., em 1 Rs 8)²⁹ e reconhece que, no caso de Josué, muito provavelmente a secção dedicada à distribuição do território pelas tribos de Israel (Js 13–22) ficou de fora da edição original³⁰. Prefere, no entanto, focar-se na maneira como o “Deuteronomista” soube colocar as fontes e tradições disponíveis ao serviço de uma narrativa única e coerente do passado, da qual transparece claramente a sua visão dos eventos e personagens históricos³¹.

Nos anos que se seguiram, sobretudo a partir de 1957 –altura em que o livro de Noth conheceu uma segunda edição e começou a circular mais amplamente nos meios académicos europeus e norte-americanos– as reações foram, em geral, positivas e rapidamente se reconheceu génio e valor a uma conceção mais unificada dos livros históricos. Alguns estudiosos mostraram certa perplexidade diante da ideia de um único autor, mas poucos rejeitaram liminarmente a proposta nothiana³². Será, porém, o crescente consenso que, aliado ao desejo de desenvolver e melhorar a hipótese original, acabará por precipitar um autêntico “processo de regressão”.

Frank M. Cross, docente da Universidade de Harvard, saudava, num artigo publicado em 1968, a solução que Noth oferecera para o problema da composição dos livros históricos e reconhecia enorme mérito hermenêutico às noções de obra una e autor único. Parecia-lhe, porém, que esse suposto “historiador Deuteronomista” teria laborado não durante o exílio (século VI a.C.), mas no reinado de Josias, no final do século VII a.C. Como veremos em seguida, uma tal proposta alterava consideravelmente o hori-

²⁸ Veja-se, em particular, Noth, *Studien*, 87-90.

²⁹ Noth, *Studien*, 6 n. 2.

³⁰ *Ib.*, 45-47.

³¹ *Ib.*, 95-100.

³² O principal detrator foi, sem surpresas, Otto Eissfeldt, para quem a ideia de que o “Deuteronomismo” dos livros históricos é fruto de uma única “redação Deuteronomista” se apresentava como uma solução simplista para um problema complexo (EISSFELDT, *Geschichtsschreibung*).

zonte e propósito da “História Deuteronomista”, pelo menos da sua primeira edição. Em relação à questão da unidade literária, contudo, Cross continuava a ser um ardente defensor da posição nothiana e, por essa razão, considerava o escriba ou escribas responsáveis pelo acréscimo dos dois últimos capítulos do livro dos Reis (2 Rs 24–25) e outras eventuais curtas adições ao longo da obra “meros” editores³³.

Provavelmente sem que fosse essa a sua intenção, o posicionamento adotado por Cross acabou por conduzir os seus “discípulos”, a chamada “escola de Harvard”, a propor uma teoria que, ao anular a distinção entre um verdadeiro autor (ou “historiador”) e um ou vários “meros” editores, constituía uma espécie de “regresso ao passado (pré-Noth)”: a teoria da dupla redação. O editor exílico foi-se transformando, pouco a pouco, num “redator” e a sua intervenção foi adquirindo maior “peso” literário e teológico. Tal fenómeno é observável, por exemplo, no livro publicado por Richard Nelson em 1981, fruto de uma dissertação defendida em 1973. O “editor exílico” de Nelson é agora um “redator Deuteronomista” ao mesmo nível que o “redator” josiânico, de tal forma que o estudioso não se coíbe de lhe atribuir vários textos, parte deles “programáticos”, em Josué, Juízes e Reis (Js 24,1-18; Jz 2,1-5; 6,7-10; 1 Rs 8,44-51; 9,6-9; 2 Rs 22,15-20; 23,1-30*; 23,31–25,30), e de afirmar que esta intervenção redaccional imprimiu um cunho teológico particular ao conjunto da obra historiográfica “Deuteronomista”³⁴.

Ainda “sob a égide de Cross”, mas operando em sentido inverso, assiste-se à tentativa de identificar possíveis “redatores” pré-josiânicos. Num longo artigo publicado em 1991, Baruch Halpern e David Vanderhooft referem-se já, na esteira de outros e tomando como referência o livro dos Reis, às três “edições” da “História Deuteronomista”: uma sob Ezequias (primeira metade do século VII a.C.) ou nos inícios do reinado de Josias, outra nos anos de maturidade deste rei, e uma terceira durante o exílio³⁵. O termo edição pode, porém, induzir em erro: não se trata de um simples processo de “atualização”, mas de um trabalho de redação que inclui uma reorientação ideológica do conjunto da obra. Na prática, estes três “redatores” são “autores” no sentido nothiano do termo. À luz disto, a unidade (final) da “História Deuteronomista” é mais aparente que real: à diversidade dos pontos de vista inerentes às fontes e tradições utilizadas, plenamente reconhe-

³³ CROSS, “Themes”, 274-289.

³⁴ NELSON, *Double Redaction*. Veja-se, de modo particular, os capítulos 3 e 5 do estudo de Nelson.

³⁵ HALPERN – VANDERHOOF, “Editions”, 179-244.

cida por Noth, soma-se agora a diversidade dos “Deuteronomismos redacionais”, num processo de reconfiguração da hipótese nothiana que parece “anular” o “progresso” que Martin Noth quis promover.

Se, no mundo anglo-saxónico, Cross e a “escola de Harvard” exerceram e ainda exercem uma influência decisiva na receção da hipótese formulada em *Überlieferungsgeschichtliche Studien*, na Europa, em particular no universo germânico, é a Rudolf Smend e aos proponentes da chamada “escola de Göttingen” que coube e ainda cabe esse papel. Num artigo publicado em 1971 (num *Festschrift* dedicado a Gerhard von Rad), Smend lançaria as bases do que viria a revelar-se como uma nova forma de conceber o legado nothiano. Fiel à noção de que a “História Deuteronomista” surgiu, como obra literária, durante o período do exílio (século VI a.C.), o estudioso alemão focou-se num aspeto que havia merecido apenas breve menção no texto de Noth: as adições ou acrescentos “pós-Deuteronomistas” à obra do “historiador Deuteronomista”. O que na hipótese original era tão só um conjunto não muito significativo e pouco coerente de acrescentos torna-se com Smend e os seus “discípulos” indício de diferentes “estratos redacionais pós-Deuteronomistas” (ou pós-“historiador Deuteronomista” [DtrH, na sigla utilizada por estes autores])³⁶. Smend identificou um “estrato nomista” (DtrN) em Js 1,7-9; 13,1b-6; 23; e Jz 1,1-2,5; 2,20-21.23 e um dos seus “discípulos”, Walter Dietrich, discerniu um “estrato profético” (DtrP), ao qual atribuiu vários dos oráculos contidos em Samuel e Reis e ainda as “notícias de cumprimento dessas profecias (veja-se, p.e., o oráculo contido em 1 Rs 14,7-11 e a notícia sobre o cumprimento dessa profecia em 1 Rs 15,29)³⁷. Timo Veijola, outro dos “discípulos” de Smend, procurou sistematizar estas contribuições, aplicando este modelo tríplice (DtrH – DtrP – DtrN) aos textos de Samuel e Reis nos quais se reconhecem sensibilidades contrastantes a respeito do valor e legitimidade da monarquia (1 Sm 9-10 [DtrH]; 1 Sm 12 [DtrP]; 1 Sm 8,6-22; e 1 Rs 1,35-37; 2,3-4a [DtrN])³⁸.

Novamente, tal como no caso de Cross e da chamada “escola de Harvard”, o resultado imediato destes estudos foi um enfraquecimento da perceção da unidade da obra “Deuteronomista”. Com a introdução de “redatores pós-Deuteronomistas” (“pós-DtrH”), Smend e outros viram-se obrigados a reconhecer a coexistência, no seio da “História Deuteronomista”, de diferentes “agendas teológicas”. Além disso, ao atribuir a estes novos “estratos redacionais” alguns dos textos-charneira da hipótese nothiana (como

³⁶ SMEND, “Gesetz”, 494-509.

³⁷ DIETRICH, *Prophetie*.

³⁸ VEIJOLA, *Dynastie*; VEIJOLA, *Königtum*.

Js 1; 23; Jz 2; 1 Sm 12), os autores da “escola de Göttingen” acabaram por comprometer o primeiro e mais decisivo dos argumentos em favor de um “plano unificado”.

Ora, nos últimos vinte, trinta anos, os “herdeiros” deste modelo interpretativo mais não fizeram que exacerbar a tendência para atribuir mais passagens a sempre mais “redatores pós-Deuteronomistas”. Smend já havia sugerido que se considerasse a possibilidade das passagens identificadas como pertencentes a DtrN serem fruto de mais que um redator³⁹. Inspirados por esta observação, certos estudiosos sentiram-se autorizados a multiplicar os “estratos redacionais”, referindo-se, por exemplo, a sucessivos DtrN (DtrN¹, DtrN², DtrN³, etc.)⁴⁰ e criando ainda novas siglas, como DtrB (“Bundestheologischer Dtr”)⁴¹. Em paralelo, outros proponentes desta “escola” abandonaram definitivamente a noção de “estratos redacionais” em favor de uma descrição menos sistematizada das inúmeras e muito substanciais adições à obra inicial do “historiador Deuteronomista”. Para estudiosos como Reinhard Kratz, Reinhard Müller e Christopher Levin, a obra “Deuteronomista” foi revista, acrescentada e ampliada não por um grupo limitado de redatores que deixaram a sua “marca” em textos-chave (como supunham Smend, Dietrich e Veijola), mas por um sem número de escribas que intervieram de forma bastante pontual, pouco sistemática, ao longo de um largo período de tempo⁴². Nesse sentido, estes e outros investigadores preferem renunciar às categorizações de tipo DtrN, DtrP e DtrB em favor de uma distinção mais genérica entre material “pré-Deuteronomista”, redação “Deuteronomista” e adições “pós-Deuteronomistas”⁴³.

Se esta nova forma, porventura mais radical, de conceber o fenómeno da *Fortschreibung* (“suplementação”) condiciona decisivamente qualquer noção de unidade literária, um outro desenvolvimento recente nos “estudos Deuteronomistas” parece mostrar que mesmo o argumento da coerência estilística, evocado por Noth, já não colhe unanimidade. Para o autor alemão e grande parte dos seus “herdeiros”, a distinção entre o estilo das fontes utilizadas na “História Deuteronomista” e o estilo do “historiador Deuteronomista” não oferecia problemas de maior: desde o século XIX, circulavam listas relativamente exaustivas dos termos e expressões tipicamente “Deu-

³⁹ SMEND, “Gesetz”, 497.

⁴⁰ Veja-se, por exemplo, SÄRKIÖ, *Weisheit*; KASARI, *Nathan’s Promise*.

⁴¹ VEIJOLA, “Bundestheologische Redaktion”, 242-276.

⁴² KRATZ, *Komposition*; MÜLLER, *Königtum*; LEVIN, “Empty Land”, 61-89.

⁴³ Veja-se, a título de exemplo, a tabela apresentada em KRATZ, *Komposition*, 191-192.

teronomistas”⁴⁴. Ora, já Walter Dietrich chamara atenção para o facto de, em alguns casos, o esquema “profecia – notícia do cumprimento da profecia” –que ele identificou como sendo obra de um “redator Deuteronomista” (DtrP; não o “historiador Deuteronomista” [DtrH])– se encontrar formulado em termos que não podem ser considerados estilisticamente “Deuteronomistas”. Na sua perspectiva, nestes casos, como noutros, os autores da “escola (ou grupo) Deuteronomista” mostravam-se capazes de escrever usando o estilo das fontes⁴⁵. Se Dietrich continuava a considerar o estilo como um critério válido e relativamente sólido, mais recentemente, autores como Reinhard Müller, Thilo Rudnig e Konrad Schmid colocaram em interdito também este princípio. Os primeiros dois autores nas respetivas análises do livro de Samuel e o terceiro num estudo consagrado a 2 Rs 21; 24–25 identificaram textos que, estando escritos com termos e expressões “Deuteronomistas”, são, na sua opinião, não apenas “pós-Deuteronomistas” (pós-DtrH), mas também “não-Deuteronomistas”, isto é, promovem uma teologia alternativa àquela que os supostos membros da “escola Deuteronomista” teriam professado⁴⁶. Ainda que se possa questionar, no detalhe, estas conclusões, estes e outros estudos assinalam um desenvolvimento na conceção da textura estilística da obra historiográfica “Deuteronomista” que inviabiliza uma certa forma de “naïveté” metodológica subjacente à hipótese nothiana.

À luz disto, é justo concluir que, volvidos oitenta anos, a unidade da “História Deuteronomista” deixou de ser uma das traves-mestras da hipótese. A intuição primeira e fundamental de Martin Noth não parece ser reconhecida como tal por aqueles que, portanto, reclamam o seu “legado”. A melhor ilustração disso é, aliás, o posicionamento atual dos poucos autores que ainda aderem a uma espécie de “nothismo puro”: os chamados “neo-nothianos”. Veja-se, a título de exemplo, Steven McKenzie, que publicou recentemente (2019) um comentário ao livro dos Reis⁴⁷. Reafirman-

⁴⁴ Veja-se, por exemplo, a lista incluída em WEINFELD, *Deuteronomy*, 320-365 [“Appendix A”].

⁴⁵ DIETRICH, “Martin Noth”, 159-167 [veja-se, em particular, 161 e 165 n. 3]. Sobre o processo de formação dos escribas bíblicos (em especial, o papel que a cópia de textos desempenhava nessa formação), consulte-se SCHNIEDEWIND, *Finger*.

⁴⁶ MÜLLER, *Königtum*; RUDNIG, *David's Thron*; SCHMID, “Conquests”, 81-97. Deve-se notar, no entanto, que o próprio Noth parece aludir a esta possibilidade (sem retirar as devidas consequências): na sua opinião, 1 Rs 6,11-13 é, na verdade, um acrescento “pós-(e não-)Deuteronomista”, escrito em estilo “Deuteronomista” (NOTH, *Studien*, 69 n. 1).

⁴⁷ MCKENZIE, *Kings*.

do a sua fidelidade à tese original de Noth de que a “História Deuteronomista” é obra de um só autor exílico, o estudioso norte-americano vê-se forçado, contudo, a admitir outros “protagonistas”. Os relatos proféticos contidos no livro dos Reis (em particular, em 1 Rs 17–2 Rs 13) devem ser atribuídos a um “narrador profético” (“não-Deuteronomista”) e, ao contrário do que supôs Noth, foram inseridos numa fase posterior (não são uma fonte, mas um acrescento)⁴⁸. Se uma tal posição o aproxima de autores como Dietrich, o facto de o comentário dar amplo espaço às adições à obra do “historiador Deuteronomista” (poucos são os textos em Reis que, segundo o comentário, não incluem “adições pós-DtrH”) revela que, mesmo para os “neo-nothianos”, é inevitável que se dê o devido crédito aos resultados da investigação das últimas décadas. Produz-se então uma situação paradoxal: querendo honrar a intuição de unidade subjacente à tese nothiana, estudos como este acabam por demonstrar que, diante da ubiquidade das intervenções redacionais “pós-DtrH”, falar ainda de um único autor, uma só visão e uma obra una soa a quimera.

4. Quanta história contava a “História Deuteronomista”? O debate acerca da extensão da obra historiográfica “Deuteronomista”

A segunda trave-mestra da proposta nothiana era a afirmação de que a “História Deuteronomista” compreendia os livros de Josué, Juízes, Samuel e Reis e transformara o livro do Deuteronomio numa espécie de preâmbulo legal. Martin Noth elaborou esta hipótese apoiando-se no consenso a respeito do “Deuteronomismo” destes livros históricos e convencido, como os seus contemporâneos, de que os primeiros quatro livros do cânone bíblico não mostravam sinais de terem sido editados, de forma sistemática, por um “Deuteronomista”. Rejeitada também a tese da continuação das fontes ou documentos (pentateucais) em Josué, nada o impedia de conceber Deuteronomio + Josué–Reis como um todo unificado e uma “história” única.

Ora, tal como no caso da unidade, também esta intuição fundamental a respeito da extensão da obra historiográfica “Deuteronomista” não resistiu ao já longo processo de receção da hipótese nothiana. Os últimos trinta anos foram particularmente críticos.

Um pequeno grupo de autores questiona a própria noção de “história contínua”, isto é, de que os livros históricos teriam formado, originalmente,

⁴⁸ MCKENZIE, *Kings*, 37–45.

um todo narrativo. O alemão Claus Westermann, num ensaio publicado em 1994, chamava a atenção para as relevantes diferenças entre os livros, até no que respeita ao seu “Deuteronomismo” (compare-se, por exemplo, Juízes e a sua conceção cíclica da história com o livro dos Reis e a sua noção de um inexorável declínio), e propunha uma solução menos “económica”: os livros históricos teriam sido editados de forma individual por “Deuteronomistas” de estilos e sensibilidades diferentes. Nunca houve, por isso, no sentido pleno do termo, uma “História Deuteronomista”⁴⁹. Esta é também a opinião defendida por um outro alemão, Ernst A. Knauf. Na sua perspectiva, uma análise acurada destes livros inviabiliza a “solução” nothiana: escritos por separado, não só nunca foram editados conjuntamente, como as sucessivas redações exílicas e pós-exílicas de Josué, Juízes, Samuel e Reis não obedeceram a um princípio unificador⁵⁰. Gordon McConville não adota uma posição tão radical quanto Westermann ou Knauf, mas rejeita também ele atribuir a um só autor “Deuteronomista” todo o “Deuteronomismo” destes livros. Na sua opinião, os recentes estudos literários mostram que os livros históricos foram sendo escritos e editados individualmente (já que são coerentes) e que a edição final conjunta se limitou a criar um número mínimo de nexos temáticos e textuais por forma a sugerir uma certa unidade conceptual⁵¹.

A par desta tendência minoritária para rejeitar, em linha de princípio, a hipótese nothiana, emergiu entre os “herdeiros” de Noth uma forma de conceber o processo de composição da “História Deuteronomista” que contribuiu decisivamente para o abandono da posição original. O alemão Ernst Würthwein foi um dos primeiros a propor que a obra historiográfica “Deuteronomista” teria sido mais curta do que aquilo que Martin Noth havia imaginado. Na opinião deste estudioso, a primeira edição da obra, durante o exílio, teria incluído apenas o livro dos Reis. Posteriormente, num processo de crescimento “do fim para o princípio”, foram acrescentados Samuel, Juízes e, por último, Josué. O desenvolvimento redaccional não se concluiu, porém, neste ponto e, numa fase final, o Deuteronomio e o próprio “Tetrateuco” (Génesis–Números) acabaram por integrar a “História deuteronomista”⁵². No livro publicado em 2000, Reinhard Kratz adota uma posição similar. Para o autor alemão, a edição original, exílica, da obra histo-

⁴⁹ WESTERMANN, *Geschichtsbücher*.

⁵⁰ KNAUF, “Deuteronomistic Historiography”, 388-398 [publicado originalmente em francês em 1996].

⁵¹ MCCONVILLE, “Historical Books”, 3-13 (veja-se, em particular, 9-11).

⁵² WÜRTHWEIN, “Erwägungen”, 1-11.

riográfica “Deuteronomista” tinha como ponto de partida a história do nascimento de Samuel, em 1 Samuel 1, e prolongava-se até ao último capítulo do livro dos Reis (2 Rs 25). Na sua perspetiva, esta primeira edição privilegiava, como critério de juízo teológico sobre o povo de Israel e os seus líderes, a unidade religiosa (um só lugar de culto, Jerusalém) e política (um só reino, sob a autoridade da única dinastia legítima, a dinastia davídica). Para este primeiro “historiador”, a monolatria, isto é, o culto exclusivo de Yahvé, não constituía ainda uma preocupação essencial. A situação só se altera no decorrer do processo de expansão da “História” original, com a inclusão dos livros de Juízes e, mais tarde, Josué. A monolatria passa então a desempenhar um papel fundamental na revisitação “Deuteronomista” do passado e os sucessivos editores/redatores vêem-se obrigados a suplementar também os livros de Samuel e Reis por forma a conformá-los à nova “ortodoxia Deuteronomista”⁵³. Nesta mesma linha, Konrad Schmid procura ligar a história da redação da obra “Deuteronomista” à história da composição do Deuteronómio. Para este autor suíço, como para Kratz, a primeira edição da “História Deuteronomista” incluía apenas os livros de Samuel e Reis e usava como critério (de juízo) o mandamento da centralização cultural, consagrado pelo “proto-Deuteronómio” (Dt 12ss), de origem pré-exílica⁵⁴. Numa fase seguinte, a obra historiográfica “Deuteronomista” foi “reprogramada” à luz do primeiro mandamento do decálogo, isto é, da proibição de prestar culto a outros deuses além de Yahvé, ao mesmo tempo que conhecia uma considerável expansão com a inclusão de Josué, possivelmente Juízes, o Deuteronómio já então disponível (Dt 5–30*) e ainda uma versão primitiva (“pré-sacerdotal”) do livro do Êxodo. Schmid identifica nos arcos literários criados pela referência ao culto de “bezerros de ouro”, em Ex 32 e 1 Rs 12, e pelo “regresso ao Egito” (do Êxodo), em 2 Rs 25,26, as “marcas” desta segunda edição da obra historiográfica “Deuteronomista”. A terceira e última fase de crescimento (antes de uma eventual reversão do processo, com a separação entre o Pentateuco e os livros históricos e a constituição dos livros individuais) integra o livro do Génesis* e é dominada pela no-

⁵³ KRATZ, *Komposition*, 155-218.

⁵⁴ Deve notar-se, todavia, que na opinião de Schmid e outros (por exemplo, KRATZ, *Komposition*, 166), as referências ao imperativo da centralização cultural e suas consequências nesta primeira “História Deuteronomista” não reproduzem a formulação do mandamento contida em Dt 12. Muito provavelmente, ignoram ainda essa formulação, que pode aliás ter resultado da vontade de sistematizar o princípio subjacente à obra historiográfica “Deuteronomista” [sobre o assunto, veja-se CLEMENS, “Deuteronomic Law”, 5-25].

ção da “Torá de Moisés” e pelo monoteísmo estrito que recebe expressão plena em Deuteronomio 4⁵⁵.

Como expectável, as posições adotadas por Würthwein, Kratz, Schmid e outros (Felipe Blanco Wissmann, Juha Pakkala, etc.)⁵⁶ não geraram consenso e mesmo outros autores associados com a “escola de Göttingen”, como Reinhard Müller ou Christoph Levin, não se mostraram prontos a aceitar certos aspetos desta reconceptualização da história da composição da obra “Deuteronomista”⁵⁷. Dito isto, mesmo um estudioso como Thomas Römer, que escreve com o intuito de “salvar” a hipótese nothiana, propondo uma “solução de compromisso”, se vê obrigado a reconhecer que incluir ainda, numa primeiríssima coleção historiográfica “Deuteronomista”, o conjunto dos livros históricos é hoje inoportuno, dando razão àqueles estudiosos que assinalam as notáveis diferenças de estilo e ideologia que separam, por exemplo, Juízes de Reis⁵⁸. Para Römer a alternativa passa por aceitar que, na “biblioteca Deuteronomista” do rei Josias (século VII a.C.), figurava já uma obra historiográfica (rolo) que incluía Samuel e Reis. Também já ali se encontrava uma outra peça historiográfica, uma “narrativa da conquista”, que correspondia aos livros de Deuteronomio e Josué⁵⁹. Na opinião deste autor, contudo, ainda não se pode falar propriamente de “História Deuteronomista” sob Josias, já que estes “blocos” historiográficos permaneciam separados e independentes. Só durante o exílio é que se dá a elaboração de uma história única, de Deuteronomio/Josué a Reis, com a inclusão de Juízes⁶⁰. Ora, na proposta de Römer, ainda que se evite designar Samuel-Reis como o núcleo original da “História Deuteronomista” (à maneira de Kratz, Schmid e outros), a edição exílica da obra é já uma “Histó-

⁵⁵ SCHMID, “Deuteronomy”, 8-30 (veja-se, em particular, 18-27).

⁵⁶ BLANCO WISSMANN, *Beurteilungskriterien*; PAKKALA, “Deuteronomy”, 133-162.

⁵⁷ Para Müller e Levin, é difícil aceitar que 1 Samuel 1,1 tenha podido ser, a dado momento, o início de uma obra literária (a primeira “História Deuteronomista”), como supõem Kratz e Schmid (MÜLLER, “1 Samuel 1”, 207-223; LEVIN, “Cohesion”, 127-154 [em particular, 134-137]; veja-se também BLUM, “Geschichtswerk”, 277 n. 42).

⁵⁸ RÖMER, *Deuteronomistic History*, 90-91.

⁵⁹ *Ib.*, 104-106. Römer adota, pelo menos implicitamente, a hipótese formulada por Norbert Lohfink, em 1981, a respeito da composição, na época de Josias, de uma “narrativa da conquista” (“DtrL”: “deuteronomistische Landeroberungserzählung”) que corresponderia a Dt 1-Js 22*: LOHFINK, “Kerygmata”, 92-96.

⁶⁰ *Ib.*, 163-164.

ria segunda”, uma “História” de “Histórias Deuteronomistas”, e este facto ilustra bem a inevitável mudança de paradigma⁶¹.

Se a tendência para restringir o horizonte inicial da obra historiográfica “Deuteronomista” tornou mais difícil a aceitação da hipótese nothiana a respeito da composição dos livros históricos, os desenvolvimentos no seio dos estudos consagrados ao Pentateuco complicaram ainda mais a questão, ao mostrarem a fragilidade daquele que era um dos pressupostos essenciais de *Überlieferungsgeschichtliche Studien*: a ausência de “Deuteronomismo” ou, pelo menos, de intervenção redaccional “Deuteronomista” em Génesis–Números⁶².

A partir dos anos 70 do século passado, graças aos trabalhos de John Van Seters, Hans Schmid e Rolf Rendtorff, o “muro (mental)” que separava o “Tetrateuco” da “História Deuteronomista” (os livros históricos) começou a “ruir”. Rendtorff, por exemplo, defende que é possível identificar em Génesis–Deuterónimo um “estrato redaccional Deuteronomista” e postular que estes livros formaram um todo literário comparável à “História Deuteronomista”, ainda antes da intervenção “sacerdotal” (“Pentateuco pré-sacerdotal”)⁶³. Na esteira destes autores, prolongando sobretudo as intuições de Rendtorff, Erhard Blum escreveu, em 1984 e 1990, dois importantes volumes, onde se propõe a existência de uma obra de perfil “Deuteronomista” (designada com a sigla “Kd”: “K” do termo alemão *Komposition*) que teria abarcado os primeiros onze livros da Bíblia⁶⁴. Deve notar-se, porém, que, para este estudioso, o autor desta “História” é um “segundo Deuteronomista”, diferente e posterior ao “Deuteronomista” nothiano.

Em todo o caso, nos anos que se seguiram, o modelo “Rendtorff-Blum” acabou por estimular não só novos estudos sobre a chamada “História primitiva” (na terminologia cunhada por David Noel Freedman) –isto

⁶¹ Veja-se também MARKL, “Moses’s Prophecies”. Adotando uma perspetiva sincrónica na análise da relação entre o livro do Deuterónimo e Josué–Reis, o autor reconhece, contudo, a necessidade de reconceber diacronicamente o que Martin Noth atribuiu a um só “Deuteronomista” (veja-se, em particular, 122-123.139).

⁶² Para uma apresentação detalhada desta mudança de paradigma, veja-se AUSLOOS, *The Deuteronomist’s History*.

⁶³ RENDTORFF, *Problem des Pentateuch*. Veja-se igualmente VAN SETERS, *Abraham*; SCHMID, *Jahwist*.

⁶⁴ BLUM, *Vätergeschichte*; BLUM, *Pentateuch*. Posteriormente, em 2002, Blum reviu a sua posição a respeito da extensão desta obra historiográfica de perfil “Deuteronomista”, propondo que a Kd teria começado em Êxodo 2, com a história de Moisés, e não em Génesis, como anteriormente postulado (BLUM, “Verbindung”, 119-156).

é, o chamado “Eneateuco”⁶⁵ – mas também uma nova conceção da obra historiográfica “Deuteronomista”. Se Génesis–Êxodo ou, pelo menos, Êxodo mostram sinais de ter experimentado, também eles, uma redação “Deuteronomista”, urge abrir-se à possibilidade de que a (ou uma) “História Deuteronomista” os tenha também incluído (pelo menos, a dado momento). Este é o princípio que governa a atrás referida reconstrução histórico-literária proposta por K. Schmid e, por exemplo, o estudo publicado por Erik Aurelius em 2003⁶⁶. Concentrando-se também ele nas possíveis ligações entre o livro do Êxodo e o livro dos Reis, insiste que se reconheça em Ex 19,3-8 e 2 Rs 18,12 as “marcas” da edição “Deuteronomista” de uma “História” que se prolonga “do Egito até ao exílio” (um “Eneateuco Deuteronomista pré-sacerdotal”).

Em síntese, tanto a “(re-)multiplicação” dos “Deuteronomismos” no seio dos livros históricos (no que parece constituir, novamente, uma espécie de “regresso ao passado [pré-Noth]”) como a identificação de traços de redação “Deuteronomista” em Génesis–Números parecem ter posto a descoberto o excesso de “otimismo metodológico” que parece ter caracterizado a formulação da hipótese. Finalmente, no panorama atual, o mais razoável é mesmo supor que nunca existiu uma “História” –menos ainda uma história una– com início em Dt 1 e termo em 2 Rs 25. As várias “Histórias Deuteronomistas” alternativas –mais curtas ou mais longas– são hoje tão ou mais plausíveis que a “História” nothiana e o facto mesmo de se ter começado a utilizar o plural (“Histórias Deuteronomistas”)⁶⁷ é o melhor sintoma de que o legado de Noth é mais “pretexto” que “texto” ou “subtexto” da investigação hodierna.

5. Muda-se o contexto, mudam-se os propósitos: a “História Deuteronomista” como obra historiográfica

O último aspeto em análise é a questão do contexto e propósito da obra “Deuteronomista”. Para Noth, a “História Deuteronomista” é fruto do trabalho de um único autor –um sobrevivente da catástrofe de 586 a.C.– que

⁶⁵ Veja-se, por exemplo, os contributos de Thomas Römer, Erhard Blum, David Carr, Cynthia Edenburg, Michael Konkel e Christoph Berner reunidos em DOZEMAN – RÖMER – SCHMID (eds.), *Pentateuch*.

⁶⁶ AURELIUS, *Zukunft*.

⁶⁷ Além do artigo de K. Schmid referido na nota 55, veja-se também FREVEL, “Geschichtswerke”, 60-94; WITTE *et al.* (eds.), *Geschichtswerke*.

teria querido oferecer uma explicação teológica para o que acabara de vivenciar. Quanto ao horizonte, o estudioso alemão era da opinião que o historiador “Deuteronomista” escolhera ater-se ao presente, isto é, colocar entre parêntesis a questão da continuidade histórica do povo. Nesse sentido, na perspectiva de Noth, se o autor da “História Deuteronomista” decidiu terminar o relato com a menção da “elevação” de Joiaquin na corte de Babilônia, fê-lo unicamente por escrúpulo historiográfico: também esse facto, o último de que teve conhecimento, merecia ser contado⁶⁸.

Pode dizer-se que, das três intuições fundamentais da hipótese nothiana, a relativa ao contexto e, sobretudo, ao tom e propósito da obra “Deuteronomista” foi a primeira a experimentar substancial desacordo. O exegeta alemão Gerhard Von Rad, na última secção dos seus *Deuteronomium-Studien*, publicados em 1948, procede à análise crítica da hipótese formulada cinco anos antes por Noth. Reconhecendo mérito à proposta nothiana, Von Rad opta, no entanto, por se distanciar da interpretação teológica da obra historiográfica “Deuteronomista” avançada em *Überlieferungsgeschichtliche Studien*. Para este outro estudioso alemão, a obra não se limita a dar razão do presente, mas contém igualmente elementos que sugerem e alimentam a esperança de que o povo de Israel terá um futuro. Von Rad considera, pois, que a “elevação” de Joiaquin ao termo do relato é mais do que “um simples facto”: discreta, mas indubitavelmente, ali se diz a esperança do regresso e da restauração, que tem na promessa divina à dinastia de David a sua garantia⁶⁹.

Se esta interpretação menos “pessimista” da obra historiográfica “Deuteronomista” acabou por ganhar, progressivamente, uma aceitação mais generalizada, tal se deve também à contribuição de Hans W. Wolff. Um artigo dedicado ao “kerygma” da “História Deuteronomista”, publicado em 1961, modificou de forma decisiva a perceção do propósito da obra historiográfica “Deuteronomista”. Para Wolff, o historiador “Deuteronomista” não queria apenas justificar o que tinha ocorrido, isto é, sancionar o justo castigo divino (teodiceia), mas almejava igualmente promover a conversão do povo, o seu “regresso” a Yahvé. O tom da obra era, portanto, fundamentalmente exortativo: a “História Deuteronomista” era um apelo em forma de aviso que dava horizonte à reconciliação entre Yahvé e o povo de Israel⁷⁰. Von Rad viu a sua própria intuição confirmada e adotou as ideias de Wolff nas sucessivas edições da sua *Teologia do Antigo Testamento*, publicada originalmente em

⁶⁸ NOTH, *Studien*, 87.

⁶⁹ VON RAD, *Deuteronomium-Studien*, 52-64.

⁷⁰ WOLFF, “Kerygma”, 171-186.

1957⁷¹, gerando-se um consenso que parece determinar ainda hoje a interpretação de, pelo menos, o episódio da “elevação” de Joiaquin⁷².

Também entre os proponentes das “escolas” de Harvard e Göttingen se abandonou rapidamente a linha de interpretação nothiana. F. M. Cross, ao “transplantar” o “historiador Deuteronomista” da Mispá do tempo do exílio (Noth) para a corte do rei Josias, modificou totalmente o horizonte da obra: a “etiologia do ponto zero” –na expressão de Dietrich– constituiu, afinal, uma obra propagandística ao serviço da reforma de Josias, à qual se acrescentou um curtíssimo apêndice histórico (2 Rs 24–25), no período exílico, para dar conta do que finalmente sucedeu em Judá. Uma tal reconfiguração do contexto e intuito originais do relato “Deuteronomista” representa uma inversão completa da visão do passado: o desastre de 586 a.C. é afinal um infeliz volte-face e não, como supunha Noth, a inexorável conclusão de um secular declínio⁷³. No caso de Smend e da dita “escola de Göttingen”, a pergunta pelo propósito da obra “Deuteronomista” acabou por se tornar fundamentalmente extemporânea. Ainda que se conceba que a “História Deuteronomista” nasceu durante o exílio, a “multiplicação” das redações exílicas e pós-exílicas (DtrP, DtrN, etc.) ou, nas versões mais recentes desta abordagem, a proliferação das adições “pós-Deuteronomistas” (Kratz, Müller, etc.) derrotam qualquer noção de propósito, no singular. Além disso, a partir do momento em que se postula um longo processo de redação, durante e após o exílio, é forçoso que se dê ao horizonte do regresso a Sião e da restauração nacional um peso narrativo sempre maior⁷⁴.

Finalmente, é necessário referir ainda que a própria evolução da compreensão científica do que significava escrever uma História na Antiguidade contribuiu para um maior ceticismo em relação ao cenário histórico es-

⁷¹ Veja-se já a quinta edição publicada em 1966: VON RAD, *Theologie*.

⁷² Em estudos recentes, o episódio continua a ser considerado um indício de esperança, mas os estudiosos tendem a ser mais cautos na interpretação da expectativa subjacente: veja-se, por exemplo, RÖMER, *Deuteronomistic History*, 177; BECKING, *From David to Gedaliah*, 174-189. Sobre o tema, veja-se também BERGE, “Hope”.

⁷³ Contraste-se a síntese oferecida em CROSS, “Themes”, 287-289, com as frequentes referências a um “imparável declínio” em NOTH, *Studien* (veja-se, por exemplo, 91: “Mit den abschließenden geschichtlichen Katastrophen vor Augen hat Dtr [...] mit großer Konsequenz die Linie des ständig zunehmenden Verfalls durch das Ganze hindurchgeführt und diese Linie sogleich in den Anfängen der von ihm dargestellten Geschichte einsetzen lassen [italico nosso]”).

⁷⁴ Veja-se, a título de exemplo, as análises de C. Levin e K. Schmid a respeito dos últimos capítulos do livro dos Reis, nas quais a perspectiva da *golah* –isto é, dos exilados do antigo reino de Judá que regressaram do exílio com um projeto teológico próprio– adquire particular relevância: LEVIN, “Empty Land”; SCHMID, “Conquests”.

boçado por Noth em 1943. Para o autor alemão, o “Deuteronomista” tinha-se recusado a afrontar ou ignorado totalmente a questão do futuro do povo de Israel. Só lhe teria interessado justificar teologicamente o percurso histórico até ao “ponto zero” da queda de Jerusalém e do exílio de Babilônia. Ora, como recordou ainda recentemente Joshua Berman, a historiografia antiga é, por definição, parenética/exortativa. Ainda que os autores antigos possam ter interesse em preservar o passado e os seus documentos (“antiquarismo”) ou manifestem o desejo de dar razão de uma tragédia individual ou coletiva (teodiceia), nunca o passado deixa de constituir, antes de mais, uma “lição” para o presente (e os presentes), que importa transmitir a quem escuta ou lê a fim de induzir a um determinado curso de ação⁷⁵. Imaginar, por isso, que a “História Deuteronomista” é uma obra literária total e exclusivamente voltada para o passado é um inaceitável anacronismo; só desculpável à luz das circunstâncias históricas e pessoais nas quais Noth leva a termo a elaboração da hipótese, em 1942-1943.

6. Conclusão: a resistente persistência da “marca” nothiana

Este breve percurso pela história da receção da hipótese nothiana demonstrou que aqueles que foram os três pilares ou as três intuições-chave de Martin Noth –a respeito da unidade, extensão e propósito da obra historiográfica “Deuteronomista”– experimentaram, nas últimas décadas, um tal destino que soa apropriado falar-se de um radical “esvaziamento” da tese original. Confirma-se, assim, a percepção inicial: a “História Deuteronomista” é hoje em dia mais *brand* que horizonte de investigação, induzindo os mais incautos a enganos e equívocos a respeito do que se evoca quando se usa a designação cunhada em *Überlieferungsgeschichtliche Studien*.

Diante disto, houve já quem tivesse declarado a “morte” da hipótese nothiana. Provavelmente a mais sonora destas declarações foi a proferida por Reinhard Kratz, na obra publicada em 2000, onde chega ao ponto de considerar a própria noção de uma “História Deuteronomista” um “erro académico”⁷⁶. Ora, mesmo não subscrevendo este diagnóstico, torna-se inevitável concluir que se assistiu, ao longo dos últimos anos, a um progressivo abandono das premissas essenciais em favor de uma visão mais complexa –porventura mais complicada– da história da composição dos livros

⁷⁵ BERMAN, *Inconsistency*, 25-32; veja-se também PERSON, “Traditional History”, 73-83; HOPPE, “Strategy”.

⁷⁶ KRATZ, *Komposition*, 219-220.

históricos. A situação atual reflete, por isso, em grande medida, o *status quaestionis* anterior à formulação da solução nothiana, que se veio a revelar incapaz de sustentar indefinidamente um certo consenso acadêmico.

Neste contexto, parece anunciar-se o prolongamento das que são, porventura, as duas principais tendências atuais da investigação sobre os livros históricos. Sem aderir de forma inequívoca a um modelo preciso, nothiano ou outro, certos autores têm continuado o esforço de identificação e estudo daquelas que teriam sido as fontes ou tradições escritas na origem dos livros. As recentes monografias de Daniel E. Fleming (sobre um hipotético “documento israelita”), Sara J. Milstein (sobre um hipotético “complexo de tradições saulitas”) ou de Francisco Martins (sobre as notícias de espoliação dos tesouros do templo e do palácio real no livro dos Reis) são disso exemplo eloquente⁷⁷. Em sentido oposto, nota-se igualmente um investimento na investigação das últimas (ou “penúltimas”) redações do *corpus* literário Génesis–Reis, isto é, as redações de tipo hexateucal ou enea-teucal (ou outro) que terão precedido a constituição do Pentateuco como todo separado e independente. Os estudos atrás referidos dão disso testemunho⁷⁸. O que não se vislumbra é uma nova síntese capaz de igualar em impacto intelectual e longevidade académica a hipótese formulada em 1943. Soando a lamento, esta constatação é, em rigor, o melhor elogio que se pode fazer ao génio exegético de Martin Noth.

Bibliografia

- ALT, A., “Josua”, em P. VOLZ – F. STUMMER – J. HEMPEL (eds.), *Wesen und Werden des Alten Testaments: Vorträge gehalten auf der Internationalen Tagung Alttestamentlicher Forscher zu Göttingen vom 4-10 September 1935* (BZAW 66), Berlin 1936, 13-29.
- AURELIUS, E., *Zukunft jenseits des Gerichts: Eine redaktionsgeschichtliche Studie zum Enneateuch* (BZAW 319), Berlin 2003.
- AUSLOOS, H., *The Deuteronomist’s History: The Role of the Deuteronomist in Historical-Critical Research into Genesis-Numbers* (OtSt 67), Leiden – Boston 2015.
- BECKING, B., *From David to Gedaliah: The Book of Kings as Story and History* (OBB 228), Fribourg – Göttingen 2007.

⁷⁷ FLEMING, *Legacy of Israel*; MILSTEIN, *Tracking the Master Scribe*; MARTINS, *Treasures Lost*.

⁷⁸ Veja-se as notas 55 e 65.

- BEGG, C. T., “Martin Noth: Notes on His Life and Work”, em S. L. McKENZIE – G. M. PATRICK (eds.), *The History of Israel's Traditions: The Heritage of Martin Noth* (JSOTSup 182), Sheffield 1994, 18-30.
- BERGE, K., “Is There Hope in the Deuteronomistic History?”, em R. I. THELLE – T. STORDALEN – M. E. J. RICHARDSON (eds.), *New Perspectives on Old Testament Prophecy and History: Essays in Honour of Hans M. Barstad* (VTSup 168), Leiden – Boston 2015, 264-277.
- BERMAN, J., *Inconsistency in the Torah: Ancient Literary Convention and the Limits of Source Criticism*, Oxford 2017.
- BLANCO WISSMANN, F., “*Er tat das Rechte...*”: Beurteilungskriterien und Deuteronomismus in 1Kön 12 – 2Kön 25 (ATANT 93), Zürich 2008.
- BLUM, E., “Das exilische deuteronomistische Geschichtswerk”, em H.-J. STIPP (ed.), *Das deuteronomistische Geschichtswerk* (ÖBS 39), Frankfurt 2011, 269-295.
- , “Die literarische Verbindung von Erzvätern und Exodus: Ein Gespräch mit neueren Endredaktionshypothesen”, em J. C. GERTZ – K. SCHMID – M. WITTE (eds.), *Abschied vom Jahwisten: Die Komposition des Hexateuch in der jüngsten Diskussion* (BZAW 315), Berlin 2002, 119-156.
- , *Die Komposition der Vätergeschichte* (WMANT 57), Neukirchen – Vluyn 1984.
- , *Studien zur Komposition des Pentateuch* (BZAW 189), Berlin 1990.
- CAMPBELL, A. F., “Martin Noth and the Deuteronomistic History”, em S. L. McKENZIE – G. M. PATRICK (eds.), *The History of Israel's Traditions: The Heritage of Martin Noth* (JSOTSup 182), Sheffield 1994, 31-62.
- , *Of Prophets and Kings: A Late Ninth-Century Document (1 Samuel 1-2 Kings 10)* (CBQMS 17), Washington, DC 1986.
- CLEMENS, R. E., “The Deuteronomic Law of Centralization and the Catastrophe of 587 B.C.”, em J. BARTON – D. REIMER (eds.), *After the Exile: Essays in Honour of Rex Mason*, Macon, GA 1996, 5-25.
- CROSS, F. M., “The Themes of the Book of Kings and the Structure of the Deuteronomistic History”, *Canaanite Myth and Hebrew Epic: Essays in the History of the Religion of Israel*, Cambridge, MA 1973, 274-289.
- DIETRICH, W., “Martin Noth and the Future of the Deuteronomistic History”, em S. L. McKENZIE – G. M. PATRICK (eds.), *The History of Israel's Traditions: The Heritage of Martin Noth* (JSOTSup 182), Sheffield 1994, 159-167.
- , *Prophezie und Geschichte: Eine redaktionsgeschichtliche Untersuchung zum deuteronomistischen Geschichtswerk* (FRLANT 108), Göttingen 1972.
- DOZEMAN, T. B. – RÖMER, T. – SCHMID, K. (eds.), *Pentateuch, Hexateuch, or Enneateuch? Identifying Literary Works in Genesis through Kings* (AIL 8), Atlanta 2011.

- EISSFELDT, O., *Geschichtsschreibung im Alten Testament: ein kritischer Bericht über die neueste Literatur dazu*, Berlin 1948.
- ESPINOZA, B., *Tratado Teológico-Político*, Lisboa ³2004.
- EWALD, H., *Geschichte des Volkes Israel bis Christus I: Einleitung in die Geschichte des Volkes Israel*, Göttingen ²1851.
- FLEMING, D. E., *The Legacy of Israel in Judah's Bible: History, Politics, and the Reinscribing of Tradition*, Cambridge 2012.
- FREVEL, C., “Deuteronomistisches Geschichtswerk oder Geschichtswerke? Die These Martin Noths zwischen Tetrateuch, Hexateuch und Enneateuch”, em U. RÜTERSWÖRDEN (ed.), *Martin Noth – aus der Sicht heutiger Forschung*, Neukirchen – Vluyn 2004, 60-94.
- HALPERN, B. – VANDERHOOF, D., “The Editions of Kings in the 7th-6th Centuries B.C.E.”, *HUCA* 62 (1991) 179-244.
- HOJMAN, A., “*Recuerda y vivirás*”: una introducción panorámica y temática a la historia deuteronomista (Profundizar en la Palabra 7), Estella 2023.
- HOPPE, L. J., “The Strategy of the Deuteronomistic History”, *CBQ* 79 (2017) 1-19.
- KASARI, P., *Nathan's Promise in 2 Samuel 7 and Related Texts* (SESJ 97), Helsinki 2009.
- KNAUF, E. A., “Does ‘Deuteronomistic Historiography’ Exist?”, em A. DE PURY – T. RÖMER – J.-D. MACCHI (eds.), *Israel Constructs its History: Deuteronomistic Historiography in Recent Research* (JSOTSup 306), Sheffield 2000, 388-398.
- KOTLER, P. – ARMSTRONG G., *Principles of Marketing*, London ¹⁹2023.
- KRATZ, R. G., *Die Komposition der erzählenden Bücher des Alten Testaments* (UTB für Wissenschaft), Göttingen 2000.
- LEVIN, C., “On the Cohesion and Separation of Books within the Enneateuch”, em T. B. DOZEMAN – T. RÖMER – K. SCHMID (eds.), *Pentateuch, Hexateuch, or Enneateuch? Identifying Literary Works in Genesis through Kings* (AIL 8), Atlanta 2011, 127-154.
- , “The Empty Land in Kings”, em E. BEN ZVI – C. LEVIN (eds.), *The Concept of Exile in Ancient Israel and its Historical Contexts* (BZAW 404), Berlin 2010, 61-89.
- LOHFINK, N., “Kerygmata des Deuteronomistischen Geschichtswerks”, em J. JEREMIAS – P. PERLITT (eds.), *Die Botschaft und die Boten: Festschrift für Hans Walter Wolff zum 70. Geburtstag*, Neukirchen – Vluyn 1981, 87-100.
- MARKL, D., “The Efficacy of Moses's Prophecies and the Scope of Deuteronomistic Historiography”, em J. UNSOK RO – D. EDELMAN (eds.), *Collective Memory and Collective Identity: Deuteronomy and the Deuteronom-*

- omistic History in Their Context* (BZAW 534), Berlin – Boston 2021, 121-147.
- MARTINS, F., *Treasures Lost: A Literary Study of the Despoliation Notices in the Book of Kings* (BZAW 543), Berlin – Boston 2022.
- MCCARTER, P. K., *I Samuel: A New Translation with Introduction, Notes & Commentary* (AB 8), New York 1980.
- , *II Samuel: A New Translation with Introduction, Notes & Commentary* (AB 9), New York 1984.
- MCCONVILLE, J. G., “The Old Testament Historical Books in Modern Scholarship”, *Themelios* 22 (1997) 3-13.
- MCKENZIE, S. L., *1 Kings 16 – 2 Kings 16* (IECOT), Stuttgart 2019.
- MILSTEIN, S. J., *Tracking the Master Scribe: Revision through Introduction in Biblical and Mesopotamian Literature*, Oxford 2016.
- MÜLLER, R., “1 Samuel 1 as the Opening Chapter of the Deuteronomistic History?”, em C. EDENBURG – J. PAKKALA (eds.), *Is Samuel Among the Deuteronomists? Current Views on the Place of Samuel in a Deuteronomistic History* (AIL 16), Atlanta 2013, 207-223.
- , *Königtum und Gottesherrschaft: Untersuchungen zur alttestamentlichen Monarchiekritik* (FAT II 3), Tübingen 2004.
- NELSON, R. D., *The Double Redaction of the Deuteronomistic History* (JSOTSup 18), Sheffield 1981.
- NOTH, M., *Das Buch Josua* (HAT I/7), Tübingen ²1953.
- , *Überlieferungsgeschichtliche Studien: Die sammelnden und bearbeitenden Geschichtswerke im Alten Testament*, Darmstadt 1943.
- PAKKALA, J., “Deuteronomy and 1–2 Kings in the Redaction of the Pentateuch and Former Prophets”, em K. SCHMID – R. F. PERSON JR. (eds.), *Deuteronomy in the Pentateuch, Hexateuch, and the Deuteronomistic History* (FAT II 56), Tübingen 2012, 133-162.
- PERSON JR., R. F., “Biblical Historiography as Traditional History”, em D. N. FEWELL (ed.), *Oxford Handbook of Biblical Narrative*, Oxford 2016, 73-83.
- RENDTORFF, R., *Das überlieferungsgeschichtliche Problem des Pentateuch* (BZAW 147), Berlin 1977.
- RICHTER, W., *Die Bearbeitungen des „Retterbuches“ in der deuteronomischen Epoche* (BBB 21), Bonn 1964.
- ROGERSON, J. W., W. M. L. de Wette, *Founder of Modern Biblical Criticism: An Intellectual Biography* (JSOTSup 126), Sheffield 1992.
- RÖMER T. – DE PURY, A., “Deuteronomistic Historiography (DH): History of Research and Debated Issues”, em A. DE PURY – T. RÖMER – J.-D. MACCHI (eds.), *Israel Constructs its History: Deuteronomistic Historiography in Recent Research* (JSOTSup 306), Sheffield 2000, 29-43.

- RÖMER, T., *The So-Called Deuteronomistic History: A Sociological, Historical and Literary Introduction*, London 2007.
- RUDNIG, T. A., *David's Thron: Redaktionskritische Studien zur Geschichte von der Thronnachfolge Davids* (BZAW 358), Berlin 2006.
- SÄRKIÖ, P., *Die Weisheit und Macht Salomos in der israelitischen Historiographie. Eine traditions- und redaktionskritische Untersuchung über 1 Kön 3-5* (SESJ 60), Helsinki 1994.
- SCHMID, H. H., *Der sogenannte Jahwist*, Zürich 1976.
- SCHMID, K., "Deuteronomy within the 'Deuteronomistic Histories' in Genesis–2 Kings", em K. SCHMID – R. F. PERSON JR. (eds.), *Deuteronomy in the Pentateuch, Hexateuch, and the Deuteronomistic History* (FAT II 56), Tübingen 2012, 8-30.
- , "The Conquests of Jerusalem 597 BCE and 587 BCE in History and in Biblical Interpretation (2 Kings 24–25)", em J. UNSOK RO (ed.), *Story and history: The Kings of Israel and Judah in Context* (FAT II 105), Tübingen 2019, 81-97.
- , "The Emergence and Disappearance of the Separation between the Pentateuch and the Deuteronomistic History in Biblical Studies", em T. B. DOZEMAN – T. RÖMER – K. SCHMID (eds.), *Pentateuch, Hexateuch, or Enneateuch? Identifying Literary Works in Genesis through Kings* (AIL 8), Atlanta 2011, 11-24.
- SCHNIEDEWIND, W. M., *The Finger of the Scribe: How Scribes Learned to Write the Bible*, Oxford 2019.
- SMEND, R., "Das Gesetz und die Volker: Ein Beitrag zur deuteronomistischen Redaktionsgeschichte", em H. W. WOLFF (ed.), *Probleme biblischer Theologie: Gerhard von Rad zum 70. Geburtstag*, Munich 1971, 494-509.
- , "Martin Noth", *From Astruc to Zimmerli: Old Testament Scholarship in Three Centuries*, Tübingen 2007, 198-211.
- SWEENEY, M. A., "On the Literary Function of the Notice Concerning Hiel's Reestablishment of Jericho in 1 Kings 16.34", em M. A. O'BRIEN – H. N. WALLACE (eds.), *Seeing Signals, Reading Signs: The Art of Exegesis* (JSOTSup 415), Sheffield 2004, 104-115.
- VAN SETERS, J., *Abraham in History and Tradition*, New Haven, CT 1975.
- VEIJOLA, T., "Bundestheologische Redaktion im Deuteronomium", em T. VEIJOLA (ed.), *Das Deuteronomium und seine Querbeziehungen* (SESJ 62), Helsinki 1996, 242-276.
- , *Das Königtum in der Beurteilung der deuteronomistischen Historiographie: Eine redaktionsgeschichtliche Untersuchung* (AASF 198), Helsinki 1977.
- , *Die ewige Dynastie: David und die Entstehung seiner Dynastie nach der deuteronomistischen Darstellung* (AASF 193), Helsinki 1975.

- VON RAD, G., *Das formgeschichtliche Problem des Hexateuchs* (BWANT 26), Stuttgart 1938.
- , *Deuteronomium-Studien* (FRLANT 58), Göttingen 1948.
- , *Theologie des Alten Testaments. Band I. Die Theologie der geschichtlichen Überlieferungen Israels*, Munich ⁵1966.
- WEINFELD, M., *Deuteronomy and the Deuteronomistic School*, Oxford 1972.
- WELLHAUSEN, J., *Die Komposition des Hexateuchs und der historischen Bücher des Alten Testaments*, Berlin ³1899.
- WESTERMANN, C., *Die Geschichtsbücher des Alten Testaments: Gab es ein deuteronomistisches Geschichtswerk?* (TB 87), Gütersloh 1994.
- WITTE, M., et al. (eds.), *Die deuteronomistischen Geschichtswerke: Redaktions- und religionsgeschichtliche Perspektiven zur “Deuteronomismus”-Diskussion in Tora und Vorderen Propheten* (BZAW 365), Berlin 2006.
- WOLFF, H. W., “Das Kerygma des deuteronomistischen Geschichtswerks”, *ZAW* 73 (1961) 171-186.
- WÜRTHWEIN, E., “Erwägungen zum sog. deuteronomistischen Geschichtswerk: Eine Skizze”, *Studien zum Deuteronomistischen Geschichtswerk* (BZAW 227), Berlin 1994, 1-11.

[recibido: 04/01/24 – aceptado: 22/01/24]